

ANÁLISE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ENTORNO DO TEATRO AMAZONAS E DA PRAÇA DE SÃO SEBASTIÃO

Márcia Honda Nascimento Castro¹

RESUMO: Este trabalho é uma síntese de um dos capítulos e das considerações finais da Dissertação de Mestrado da autora, em que se propõe a analisar o Projeto Manaus Belle Époque, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas, em sua etapa Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião. Trata-se de estudo de caso sobre intervenção do poder público em área de patrimônio histórico, possibilitando não apenas a preservação dos monumentos, contestando-se algumas propostas em termos da real significação histórica e, até mesmo, considerando-as sob uma provável estratégia política de propaganda da cidade (*city marketing*), mas também a inegável restituição, à sociedade, de um logradouro requalificado no centro de Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio histórico; revitalização; *city marketing*.

Introdução

Este trabalho é uma síntese do Capítulo 03 - Pensando o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião e das Considerações Finais, da Dissertação de Mestrado de Márcia Honda Nascimento Castro, apresentada em 2006 ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

Trata-se de interessante estudo de caso sobre política pública aplicada à preservação do patrimônio histórico, que, inegavelmente, restituiu à sociedade, o direito de usufruir de um logradouro, no centro de Manaus, dotado de infra-estrutura adequada, contestando-se, no entanto, algumas propostas em termos do real valor histórico, até mesmo, considerando-as sob uma provável estratégia de propaganda da cidade (*city marketing*).

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Manaus, especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário do Norte e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é Técnica em Arquitetura da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas (IPHAN/AM). Contato: marciahonda@bol.com.br.

Será apresentado, inicialmente, o Programa Manaus Belle Époque, com ênfase na etapa referente ao objeto deste trabalho, abordando-lhe, em seguida, as metodologias adotadas para a preservação do acervo arquitetônico daquele sítio.

1. O Programa Manaus Belle Époque

O Programa Manaus Belle Époque, idealizado em 1999, consiste em uma grande ação promovida pelo Governo do Estado do Amazonas, visando, a partir da revitalização de algumas das mais significativas áreas históricas da cidade², fomentar o turismo, conforme justificativa anunciada na Apresentação da proposta, pelo então Governador do Estado, Sr. Amazonino Mendes³:

O Amazonas reclamava esta transformação para cumprir seu destino histórico. Consciente de que o turismo é a indústria para a qual se devem voltar todos os nossos esforços, ditei as diretrizes, examinei fundo as implicações e os caminhos que devemos seguir, e tenho a convicção de que este conjunto de Programas e Projetos permitirão que alcancemos, no romper do novo milênio, os primeiros resultados da completa inserção do Amazonas no mundo mágico e de longo desenvolvimento que o turismo propicia.

Ratifica-se tal preocupação no dizer do Secretário de Estado da Cultura e Turismo, à época, Sr. Robério Braga, na Introdução do mesmo programa, quando informa que “a transformação do Amazonas em efetivo pólo de turismo” era uma “decisão política inadiável”, e seu advento será “representativo para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.”

O Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça São Sebastião, compreendido neste Programa, iniciou-se em 2003, no Governo de Eduardo Braga, englobando as ruas Costa Azevedo, José Clemente, Dez de Julho e a Avenida Eduardo Ribeiro (fig. 01). Neste contexto, em sua maioria envolvendo construções datadas do final do século XIX e do início do século XX, além das unidades de particulares, há uma concentração de monumentos públicos relevantes: Igreja e Praça de São Sebastião, Palácio da Justiça e Teatro Amazonas.

² O Programa Manaus Belle Époque compreende os seguintes projetos: Projeto de Revitalização da Área de Entorno do Mercado Adolpho Lisboa, Corredor Especial de Turismo (Rua Marcílio Dias), Projeto de Revitalização de Imóveis Históricos (Igreja do Pobre Diabo, Cemitério São João Batista), ainda a executar; Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Casa da Cultura e Teatro da Instalação, já concluídos; Projeto de Revitalização do Entorno da Matriz, concluída a 1ª. Etapa; Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, praticamente concluído.

³ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO DO AMAZONAS. *Programa Manaus Belle Époque*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2000.



Fig. 01 – Prancha destacando a área do entorno do Teatro Amazonas. Fonte: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.

2. Breve histórico e legislação da área de abrangência

O Largo de São Sebastião, inicialmente, era uma antiga rocinha, onde, em 1867, inaugurou-se um singelo obelisco em homenagem à abertura dos portos de Manaus às nações amigas. A praça, portanto, precedeu ao bairro, pois, somente em 1877, São Sebastião tornou-se o quinto bairro de Manaus, tendo o Largo como seu centro (MONTEIRO, 1998, p. 640).

As demais construções datam da transição do século XIX para o XX: o Teatro (1896), a Igreja de São Sebastião (1888), o Palácio da Justiça (1900).



Fig. 02 – Panorama do Largo de São Sebastião, tendo, ao centro, o obelisco comemorativo à Abertura dos Portos do Amazonas às Nações Amigas. Esta é uma fusão de imagens antigas do local. Fonte: Vida, Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida, da Unimed Manaus, Ano 2, no. 4, maio/2005.

O calçamento do local, ao redor do obelisco, é contratado em 1899; em 1900, Domenico de Angelis entrega o novo monumento comemorativo (IGHA, 1985, p. 95); os passeios dos imóveis do entorno são concluídos em 1901 (MESQUITA, 1999, p. 294).

O rico repertório edificado na área é protegido, atualmente, pelas três instâncias de poder: pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Teatro Amazonas e seu entorno⁴, neste último havendo, também, imóveis protegidos pelo Município (unidades de interesse de preservação de 1º. e de 2º. graus) e, pelo Estado, a Igreja de São

⁴ A partir da Notificação a respeito do tombamento do centro histórico de Manaus, Estado do Amazonas (publicada no DOU No. 222, Seção 03, 22/11/2010), o IPHAN definiu novas poligonais de tombamento e de entorno. O entorno do Teatro Amazonas, então, passa a ser considerado área tombada. Na época de implantação do Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e do Largo de São Sebastião, portanto, as unidades de particulares, situadas no entorno imediato desses monumentos eram protegidas, apenas, pelo Município.

Sebastião e o Palácio da Justiça. O logradouro inclui-se, também, na área tombada da cidade, o Centro Antigo de Manaus, segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMMAN).

3. Metodologias

A principal metodologia adotada pelo projeto consistiu na valorização do monumento central, o Teatro Amazonas, a partir de um tratamento dispensado ao seu entorno imediato. A seguir, temos as demais metodologias de intervenção, destacando os casos mais relevantes (fig. 03):

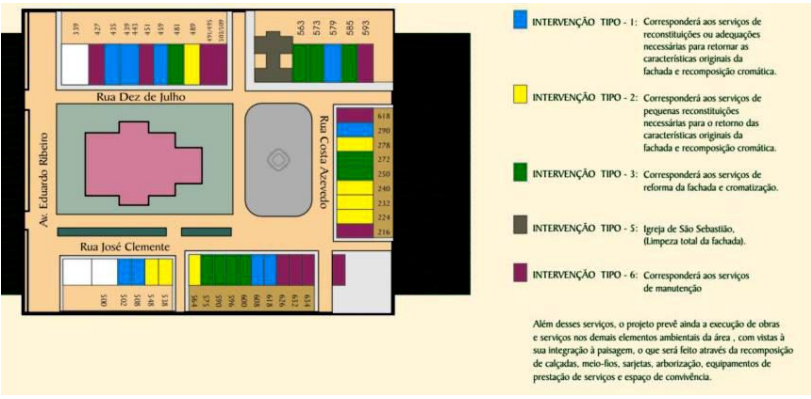


Fig. 03 – As intervenções adotadas pelo projeto. Fonte: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.

a) Equipe multidisciplinar

O projeto foi desenvolvido por equipe multidisciplinar, envolvendo tanto profissionais do Departamento de Patrimônio Histórico e Turístico (DPHT), da Secretaria de Estado da Cultura, quanto consultores contratados para atuações específicas de restauro das fachadas do Teatro Amazonas e do Monumento à Abertura dos Portos.

b) Divulgação do projeto

Os moradores do entorno do Teatro Amazonas foram contatados pessoalmente pela equipe do DPHT, sendo esclarecidos que a adesão ao projeto não lhes implicaria em ônus, ao contrário, somente benefícios, pois teriam as fachadas e coberturas de seus imóveis completamente recuperadas. Para as unidades de interesse de preservação, ainda havia a possibilidade da isenção total do IPTU, conforme a Lei No. 181 de 30 de abril de 1993⁵.

⁵ AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. Lei No. 181 de 30 de abril de 1993. Altera a Legislação Tributária relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, dispondo de maneira mais favorável ao contribuinte. Manaus: Diário Oficial de 30 de abril de 1993.

O convencimento não foi tão fácil para alguns casos, comprovando a falta de esclarecimento coletivo acerca da legislação do patrimônio histórico, mas, em geral, a aceitação transcorreu bem. Somente a partir do consentimento, por escrito, dos proprietários, iniciaram as investigações *in loco*.

A participação dos moradores foi de fundamental importância para as decisões projetuais, conseguindo-se preciosas informações, resgatando-se, assim, a memória do lugar e dos imóveis, testemunhos somente vivenciados por eles.

c) Pesquisa Iconográfica

Consideraram-se referenciais bibliográficos, iconográficos e o próprio conteúdo arquitetônico, em sua maioria, bem preservado, cruzando os dados em busca de confirmações sobre os aspectos originais dos imóveis. Sobre os bens públicos – teatro, palácio, igreja e praça – a iconografia disponível era farta. No caso das unidades de particulares, quase não havia informações, sendo de importância fundamental os registros das famílias que ainda residiam ou trabalhavam no local.

Na residência localizada à Rua José Clemente, no. 626, por exemplo, as imagens antigas foram decisivas para nortear o processo investigativo em busca da originalidade da fachada, que já se encontrava bastante descaracterizada, ratificando-se as informações obtidas através da prospecção (fig. 04) – retirando o reboco, descobriram-se as estruturas orginais dos vãos dos arcos das esquadrias. Nesta unidade adotou-se, como proposta cromática, o mesmo contraste revelado em fotos antigas do imóvel (fig. 05). A tonalidade escura do revestimento cerâmico original foi mantida, preservando-se as duas únicas faixas remanescentes, e aplicando-se, às demais áreas da fachada, massa corrida com tinta de cor semelhante a este elemento verde-escuro. À distância, tem-se a impressão de unidade da cor e do revestimento (fig. 06), entretanto, aproximando-se, nota-se a segregação de materiais (fig. 07).



Fig. 04 – A prospecção da argamassa revelou os arcos originais das esquadrias e uma viga acrescida para dar sustentação aos novos vãos. Fonte: Acervo da Casa do Restauro. Fig. 05 e 06 - Percebe-se que o contraste original de cores do imóvel à direita, revelado pela foto antiga, foi mantido na atual intervenção. Fig. 07 – Detalhe de fachada: a faixa inferior, em massa acrílica, recebe pintura em tonalidade próxima ao revestimento cerâmico original, na faixa superior. Fontes: Fig. 04, acervo da Casa do Restauro; Fig. 05, autor desconhecido; Fig. 06 e 07, Márcia Honda N. Castro.

d) Barreiras Visuais

Uma das primeiras etapas executivas consistiu na retirada de todos os elementos descaracterizados e das barreiras visuais. Foi esta a situação do imóvel no. 451, sito à Rua Dez de Julho, quando a remoção do toldo instalado para proteger o porão revelou os dois guarda-corpos originais das janelas do pavimento superior (fig. 08 e 09). De um modo geral, o projeto não encontrou dificuldades nessa questão, pois as ocorrências foram pontuais.



Fig. 08 e 09– Imóvel do entorno do Teatro Amazonas, antes e após a intervenção: a retirada do toldo sobre o porão revela os guarda-corpos originais das janelas do 1º. pavimento. Fotos: Acervo da Casa do Restauro e Márcia Honda N. Castro.

A solução apresentada pelo projeto para a comunicação visual foi a padronização de placas, em dimensões mais reduzidas, com duas tipologias – perpendiculares ou paralelas às fachadas -, e um estudo para seus posicionamentos, de modo a lhes permitir a leitura, causando o mínimo de interferências ao imóvel (fig. 10 e 11). A única exceção é o caso do imóvel sito em confluência das ruas Costa Azevedo e José Clemente, no qual se optou por letreiro pintado (fig. 12).



Exemplos de comunicação visual utilizados no projeto do entorno do Teatro Amazonas: Fig. 10 e 11 – Placa perpendicular e placa paralela à fachada. Fig. 12 – Letreiro pintado sobre fachada. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

e) Cromatização

Tanto os imóveis antigos como os novos foram contemplados com nova cromatização, de modo a não gerar lacunas na seqüencialidade de leitura do envoltório (fig. 13 a 15). Os resultados valorizam os elementos plásticos das unidades, permitem-lhes identificação individualizada e promovem a harmonia do conjunto.

Nos imóveis antigos, sempre que possível, realizou-se prospecção cromática, buscando resgatar as cores originais. Em alguns imóveis, entretanto, devido às intervenções sofridas, a atividade não pôde ser efetivada.



Fig. 13 a 15 - Exemplos de cromatização de fachadas no projeto do entorno do Teatro Amazonas. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

f) Restauro

O restauro, envolvendo critérios e investigação científica, ocorreu, apenas, no Teatro Amazonas, para resolver problemas de desprendimento e fissura da argamassa, e no Monumento à Abertura dos Portos, para higienização e reintegração cromática, contratando-se consultores especializados.

g) Reconstituições Parciais

Alguns imóveis apresentavam alterações pontuais, sendo possível, a partir dos elementos originais remanescentes e orientando-se, através dos registros iconográficos, restituir-lhes a feição original. Houve casos, contudo, em que, mesmo havendo registros físicos, não se retomou o aspecto primitivo, por coerência a novas demandas de utilização, como as unidades datadas de 1910 e 1911, geminadas, de mesma tipologia, localizadas na Rua Costa Azevedo (fig. 16 e 17).



Fig. 16 e 17 – Imóveis de mesma tipologia, localizados na Rua Costa Azevedo, que mantiveram alterações decorrentes de novas demandas de uso. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

h) Reconstituições Totais

Alguns imóveis foram completamente reconstituídos, embora dos mesmos não houvesse mais nenhum vestígio físico. O caso mais polêmico é a unidade entre as ruas Costa Azevedo e José Clemente, que, inicialmente, conforme registros iconográficos antigos, configurava-se com uma tipologia simples, de casa térrea colonial, tendo, em seu friso, o letreiro pintado “AFRICAN HOUSE” (fig. 18). Não se soube a respeito do uso primitivo da construção.

À época do projeto, nada mais havia da construção original, substituída por uma lanchonete (fig. 19). Inicialmente pensou-se em adotar a tipologia térrea e simples do imóvel, inserindo uma cobertura para proteger e indicar a entrada, perfeitamente notável como uma contribuição contemporânea (fig. 20). A solução final, entretanto, através das fotos antigas e tomando o imóvel geminado, embora de tipologia eclética, como parâmetro para a proporção (fig. 21), reconstruiu as fachadas e o letreiro (fig. 22 e 23).



Reconstrução total de fachadas para o imóvel das ruas Costa Azevedo e José Clemente. Fig. 18 – Aspecto original do imóvel, no início do século. Fig. 19 – Aspecto do imóvel à época de início do projeto. Fig. 20 – Primeira proposta, não executada. Fig. 21 – Segunda proposta, executada. Fig. 22 – Obra de reconstrução da fachada. Fig. 23 – Fachada atualmente reconstruída. Fontes: Acervo da Casa do Restauro, à exceção de Fig. 23, de Márcia Honda N. Castro.

Critica-se, aqui, a finalidade meramente cenográfica – ao contemplar tais fachadas, pode-se até mesmo acreditar que sejam originais, implicando em caso de falso histórico, ferindo, inclusive, as recomendações da Carta de Veneza (1964): “Art. 15 – (...). Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas.”

i) Construções Fantasiosas

Outro caso também grave foi a Editora do Brasil, na Rua José Clemente, cuja tipologia primitiva era de casa colonial térrea (fig. 24), mas, à época do projeto, apresentava-se totalmente descaracterizada, de feição moderna, contendo dois pavimentos (fig. 26), isto após ter sofrido uma alteração, de aspecto também moderno, mas ainda prevalecendo o tipo térreo (fig. 25). Como não mais se justificasse a demolição do pavimento acrescido, mas necessitando de que houvesse uma integração da unidade com seu entorno, a solução foi inspirar-se em um antigo sobrado (não mais existente), vizinho à Igreja São Sebastião, e adotar seu partido (fig. 27), compondo-se uma nova fachada, com janelas em arco, balcões em gradis e platibanda com balaustrada (fig. 28).



Fig. 24 – Aspecto original do imóvel sito à Rua José Clemente, no início do séc. XX, casa térrea colonial. Fig. 25 – Aspecto do mesmo imóvel, em tipologia moderna, mas ainda térreo. Fonte: Acervo da Casa do Restauro. Fig. 26 - Aspecto do imóvel sito à Rua José Clemente, quando do início do projeto. Fonte: Acervo da Casa do

Restauro. Fig. 27 – Imóvel vizinho à Igreja de São Sebastião, cuja tipologia inspirou a intervenção feita ao imóvel da Rua José Clemente. Fonte: Diapositivo de Robério Braga (Acervo do MISAM). Fig. 28 – Imóvel da Rua José Clemente após a intervenção. Foto: Márcia Honda N. Castro.

j) Intervenções Paisagísticas

Para complementar a ambientação do local, demandaram-se intervenções paisagísticas: a Praça de São Sebastião retomou a amplitude original, tornando-se largo; o trânsito de veículos foi impedido, permitindo, aos visitantes, circular livremente; as pavimentações das vias e dos passeios preservaram os materiais originais, complementados com novos revestimentos, todos harmônicos, embora facilmente distinguíveis (fig. 29 a 33). Para valorização e visualização dos imóveis, instalaram-se, nos passeios, *spots* de luz, direcionados às fachadas, iluminando-as à noite. Equipamentos urbanos, inspirados nos estilos de época, foram incorporados: bancos, postes tipo “cajado de São José” (com seus capitéis *art nouveau*), banca de revista, banca de tacacá, estações do passeio de charrete e cabine telefônica (fig. 34 a 36).



Paginações de piso no entorno do Teatro Amazonas: contemporâneos – Fig. 29 e 30 (pavers e pedra mineira); antigos – Fig. 31 a 33 (pedras jacaré; pedras negras, brancas e vermelhas da Praça de São Sebastião; pedras de lioz). Fotos: Márcia Honda N. Castro.



Exemplos de equipamentos urbanos no Largo de São Sebastião. Fig. 34 – Poste tipo “cajado de São José”. Fig. 35 – Cabine Telefônica e Estação das Carruagens. Fig. 36 – Bonde. Foto: Márcia Honda N. Castro.

l) Entretenimento

Admitindo o conceito de preservação vinculado à destinação útil dos monumentos, o projeto implantou vasta programação cultural e de lazer. Alguns eventos já estão consagrados, como o Festival Amazonense de Ópera e o Manaus Film Festival, que,

anualmente, tornam a capital amazonense palco de celebridades nacionais e internacionais. Tanto a ópera, como o cinema, democratizaram-se, com preços mais acessíveis e com exhibições em pleno largo, tomado como cenário.

4. *City Marketing*

O projeto remete ao que se denomina *city marketing*, prática recorrente, no mundo capitalista, de transformar a cidade em um modelo, resultante de padrões pré-concebidos, capazes de torná-la competitiva, quer no âmbito local, quer no âmbito internacional. Tem-se, como premissa, o discurso da sustentabilidade, pautada na preservação de uma qualidade de vida realizável a partir de planejamento urbano e ambiental, e se utiliza dos meios de comunicação para massificar suas ideologias, em um verdadeiro processo de manipulação e conclamando toda a sociedade a colaborar, apelando ao sentimento de patriotismo. A imagem da cidade, portanto, é transformada em mercadoria, amplamente divulgada, buscando, assim, atrair investidores e consumidores.

Por detrás dos aparentes benefícios anunciados, o *city marketing* pode interferir na identidade cultural do lugar. A primeira crítica reporta-se à homogeneização da imagem da cidade, configurada em tipologias e em estruturas padronizadas, resultantes da pressão política, que, por vezes, não correspondem às peculiaridades locais. Essa difusão exacerbada do modelo ideal também pode escamotear ou desviar a atenção de outras realidades, merecedoras de atenção, reforçando a idéia de estratégia política.

Outra situação seria a postura, também determinada, aos cidadãos, de adesão ao novo modelo, exigindo-lhes uma conduta para se tornarem atores desses cenários, levando à “...configuração de um novo *ethos* ou código social, um conjunto de valores que estimula formas de ser e de viver nas cidades de hoje.” (SANCHEZ, 2001, p. 157).

Pode-se, então, reverter para uma prática excludente, a partir da coibição das manifestações sociais, como se estivessem em oposição ao progresso: “... os conflitos sociais gerados pela reestruturação urbana e as questões trazidas por qualquer movimento de resistência são rapidamente minimizados e esvaziados de seu conteúdo político na linguagem oficial sobre a cidade.” (SANCHEZ, 2001, p. 164). Em outra análise, o apelo ao voluntarismo individual pode ser considerado uma estratégia de despolitização das questões, sobretudo ambientais, transferindo a responsabilidade do poder público para a sociedade, quando, corretamente, deveria partir de uma ação conjunta.

No caso do projeto em pauta, verifica-se a consagração do local como o cartão-postal do Estado, com seu mais expressivo símbolo cultural. Esta é a imagem vendida para o país e para o mundo, sobretudo a partir da programação cultural que entrou para o calendário de eventos oficiais. A característica de *city marketing* adotada é a de intensa vida cultural e artística, aqui processada. Lazer e cultura são mercantilizados, e a sociedade é estimulada a consumir tais produtos.

Para compor o cenário, recriando-se a ambiência da Belle Époque, não se pouparam esforços, considerando-se a reconstrução de algumas unidades arquitetônicas sem delas haver nenhum resquício material, como já comentado, a não ser registros iconográficos, ou, em maior gravidade, as construções fantasiosas, que jamais existiram, mas inspiradas nos modelos de época.

Outra característica identificada no projeto é que, devido a alguns excessos de zelo e de segurança, perde-se o caráter de espaço público: tornou-se um verdadeiro condomínio, repleto de restrições, como o horário de funcionamento – os visitantes são abordados e convidados a se retirar, quando desrespeitam esta instrução. É a postura exigida para se atuar no local, como já tratado.

O modelo do Centro Cultural Largo de São Sebastião, por fim, tornou-se paradigmático para o tratamento do patrimônio histórico de Manaus e corresponde a uma tendência mundial, de tomada dos projetos de revitalização como espetáculos da cidade.

Considerações Finais

O Programa Manaus Belle Époque, em sua etapa de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas, comprova que o principal agenciador do patrimônio histórico é o poder público: as ações articularam as três instâncias responsáveis pela proteção do acervo arquitetônico, em prol de um objetivo comum: favorecer a economia e o turismo, através da revitalização da área.

A divulgação do projeto, por outro lado, confirmou a urgência de esclarecimento coletivo acerca do patrimônio cultural. O temor e a desconfiança dos moradores sobre a possibilidade de desapropriação, dificultando uma adesão integral, assim como o estado de descaracterização de algumas unidades, antes da intervenção, justificam a necessidade de elucidação.

A única crítica estabelecida consiste na busca incondicional por uma originalidade questionável em seu valor histórico. Quis-se recompor o fausto de uma época passada, e o agravante dessa realidade postiça é o espaço acolhido no imaginário dos atuais frequentadores, todos embevecidos com o resultado. Não se detém a informação para dissociar o original da reprodução, dada a homogeneidade do repertório, podendo-se rotular o caso como “falsidade ideológica”. Com tal postura saudosista, levada ao extremo, o projeto negligencia as alterações sofridas pela cidade, que também constituem fases de sua trajetória. Reitera-se, nesse aspecto, a coerência dos artigos da Carta de Veneza, zelando pela importância do testemunho dos imóveis, independentemente de seu estilo ou período de construção, desde que permeados de valores estéticos, artísticos ou históricos, e pela possibilidade de preencher os interstícios urbanos ou arquitetônicos através de intervenções qualificadas, mas que preservem a autenticidade dos bens, deixando ostensivas as contribuições contemporâneas.

Independente do discurso da preservação, com a infra-estrutura, os serviços disponíveis, a programação cultural intensa e a qualidade estética, retorna-se à praça e revive-se este hábito de frequentar locais públicos, que parecia improvável de resgatar-se, numa sociedade fadada ao confinamento, à pressa, mas tão necessário para a fruição do patrimônio e para o bem-estar psíquico do cidadão. O Largo de São Sebastião permite o lazer passivo, o flunar despreocupado e a pausa para a observação, quer pelo trânsito, privilegiando o pedestre, quer pela visibilidade dos monumentos, isento de barreiras. Contudo, apesar do apelo visual romântico de reconstrução da Belle Époque, a relação estabelecida extrapola a cenografia, pois oferece a possibilidade de utilização, com qualidade e segurança. Assim, o projeto também desperta, a todos, para a urgência de se recuperar o Centro, tão degradado, ocioso e inseguro, merecendo um olhar protetor, buscando aliar, sempre, a preservação a uma destinação útil, e reconhecendo a valiosa estratégia de se recuperar a estrutura já edificada, ao invés de negligenciá-la e admitir o avanço de assentamentos informais, ampliando, progressivamente, o vetor de crescimento da cidade para a periferia, num processo completamente acéfalo e desordenado.

Ressalvadas as problemáticas abordadas, incontestavelmente o resultado do projeto é positivo por restituir, ao cidadão, o direito à cidade, almejando-se, por tal mérito, sua continuidade nas próximas administrações, como vem se procedendo, dispondo da parceria da sociedade no sentido de incentivá-lo, prestigiá-lo e conservá-lo, e estendendo sua abrangência

a outros logradouros de Manaus, resguardando a qualidade de vida de seus moradores e a preservação da memória coletiva.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. Capítulo 03 - Pensando o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião e Considerações Finais. In: _____. *Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião*. Manaus, 2006, p. 115-158. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade do Amazonas.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910*. Manaus: Editora Valer, 1999.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998, vols. 01 e 02.

SANCHEZ, F. A (In)sustentabilidade das Cidades-vitrine. In ACSELRAD, H. *A Duração das Cidades*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 54 a 175.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO DO AMAZONAS. *Programa Manaus Belle Époque*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2000.

_____. *Programa Manaus Belle Époque: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

Documentos e Legislações

AMAZONAS. Câmara Municipal de Manaus. *Lei Orgânica do Município de Manaus*. Manaus: Câmara Municipal, 1990.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. *Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004. Estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus*. Manaus: Diário Oficial do Município No. 938 de 11 de fevereiro de 2004 e republicado no Diário Oficial do Município No. 1018 de 14 de junho de 2004.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. *Lei No. 181 de 30 de abril de 1993. Altera a Legislação Tributária relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, dispondo de maneira mais favorável ao contribuinte*. Manaus: Diário Oficial de 30 de abril de 1993.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. *Plano Diretor do Município de Manaus*. Manaus: Câmara Municipal de Manaus, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. *Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 2005-2006.

ITÁLIA. *Carta de Veneza de maio de 1964. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios*. Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos/ ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), 1964.

CD-ROM MISAM (Museu da Imagem e do Som do Amazonas). *Álbuns do Amazonas*. Manaus: MISAM, 1CD, s/d.